

EXMO. SR. CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2023 (PROCESSO N. 09/2023)

MUNICÍPIO DE NOVA SERRANA/MG

KTM ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 26.279.935/0001-42, com sede na rua Marabá, n. 23, bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG, CEP 30350-160, por seus procuradores subscritos, vem apresentar vem apresentar **DENÚNCIA** em face das irregularidades no instrumento convocatório do **PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2023**, deflagrado pelo **MUNICÍPIO DE NOVA SERRANA/MG**, pelas razões expostas a seguir.

1. CONTEXTO FÁTICO

O Município de Nova Serrana/MG promoveu o PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2023 visando à contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de gerenciamento de resíduos sólidos oriundos da limpeza urbana e coleta domiciliar na municipalidade, envolvendo (i) o **transporte**, (ii) o **tratamento** e (c) a **disposição final** dos resíduos sólidos, que por sua vez abarca a operação e o monitoramento de aterro sanitário, inclusive mão de obra e equipamentos.

Vale dizer, foram licitados **em lote único serviços altamente complexos e distintos entre si**, em flagrante violação a precedentes desta Corte de Contas e aos princípios da ampla competitividade e da isonomia.

Não bastasse, o edital também exige, ilegalmente, que **para a habilitação técnica** sejam apresentadas licença ambiental para disposição final de resíduos Classe II em aterro

sanitário (subitem 17.2.4.5.3); licença ou declaração de dispensa de licenciamento ambiental emitido pelo órgão ambiental competente para transporte de resíduos Classe II; licença ou declaração de dispensa de licenciamento sanitário estadual emitido pelo órgão competente para transporte de resíduos Classe II; e licença ou declaração de dispensa de licenciamento emitida pelo Corpo de Bombeiros Militar para transporte de resíduos Classe II (subitens 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5, letras a, b e c)¹.

Também de forma excessiva, o edital determina que a vencedora disponha de **aterro sanitário regularmente licenciado** (subitem 17.2.4.5.2.6)².

Em face destas ilegalidades, a KTM apresentou impugnação ao edital, a qual foi afastada.

Nesse cenário, imperiosa se faz a apresentação desta Denúncia, a fim que esta ilustrada Corte, no exercício de sua competência, reconheça as ilegalidades constantes do edital e, via de consequência, anule o procedimento licitatório, determinando a retificação do instrumento convocatório, nos termos expostos a seguir.

2. IRREGULARIDADES DO EDITAL

2.1. INDEVIDA AGLUTINAÇÃO DE SERVIÇOS NO OBJETO LICITADO

¹ **17.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: [...]**

17.2.4.5 – Deverão ser considerados os atestados de maior relevância e valores significativos, aqueles cujos serviços e obras contemplem: [...]

17.2.4.5.3 – Licença ambiental em nome da licitante expedida pelo órgão ambiental competente para Disposição Final de Resíduos Classe II em aterro sanitário. [...]

17.2.4.5.2.4 – Para o transporte dos resíduos sólidos urbanos deverá a licitante apresentar documentação pertinente à atividade do transportador, ainda que tal serviço seja terceirizado.

17.2.4.5.2.5 – A documentação a que se refere o item anterior compreenderá a apresentação de:

a) Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitido pelo órgão ambiental competente para transporte de resíduos Classe II.

b) Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Sanitário Estadual emitido pelo órgão competente para transporte de resíduos Classe II.

c) Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar para transporte de resíduos Classe II.

² Conforme o subitem 17.2.4.5.2.6, “**A empresa vencedora da licitação deverá dispor de aterro sanitário regularmente licenciado**, estritamente de acordo com a legislação ambiental vigente de abrangência federal (Resoluções do Conselho nacional de Meio ambiente — CONAMA), estadual (deliberações normativas do Conselho Estadual de Meio ambiente de Minas Gerais — COPAM e eventualmente municipal (normas ambientais específicas do município em que esteja localizado o empreendimento”.

Segundo o Anexo V do instrumento convocatório, o objeto do certame é a “Prestação de serviços de **transporte**, tratamento e **disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos**, do tipo classe II, em Aterro Sanitário, segundo a ABNT NBR 10004, resíduos estes oriundos da limpeza urbana e coleta domiciliar do município de Nova Serrana/MG.”

Em melhor descrição a respeito da **disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos**, assim se extrai das especificações técnicas (item 5) dispostas no Edital:

5.2.4 Disposição final dos resíduos sólidos urbanos

5.2.4.1 A empresa vencedora da licitação deverá dispor de aterro sanitário regularmente licenciado, estritamente de acordo com a legislação ambiental vigente de abrangência federal (Resoluções do Conselho nacional de Meio ambiente — CONAMA), estadual (deliberações normativas do Conselho Estadual de Meio ambiente de Minas Gerais — COPAM eventualmente municipal (normas ambientais específicas do município em que esteja localizado o empreendimento).

5.2.4.2 O aterro sanitário, além disso deverá ser implantado, operado e monitorado em conformidade com os instrumentos legais e com as normas técnicas brasileiras afetas ao tema, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT.

[...]

5.2.4.14 A mão de obra mínima necessária para a realização dos trabalhos no aterro sanitário, de acordo com o documento “Orientações básicas para operação de aterros sanitários” (FEAM, 2006).

Como se vê, juntamente com o serviço de transporte dos resíduos sólidos oriundos da coleta domiciliar e da limpeza urbana, foram também licitados serviços altamente complexos, que consistem no tratamento e na disposição final dos resíduos sólidos urbanos, envolvendo operação e monitoramento de aterro sanitário, inclusive mão de obra e equipamentos.

Contudo, **a licitação conjunta dos serviços de transporte com o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos é flagrantemente ilegal**, e viola o entendimento uníssono da jurisprudência do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO a respeito da matéria.

Isto porque se pretende licitar, sob uma mesma contratação, serviços **absolutamente distintos e independentes** entre si, e que **demandam expertise e recursos (humanos e técnicos) totalmente distintos**.

Com efeito, enquanto o transporte envolve o **planejamento e a execução da logística de transporte desde o local do transbordo até o aterro**, a operação de aterro sanitário constitui atividade de natureza completamente diversa, passível de ser desenvolvida **em paralelo e sem qualquer interdependência** com os serviços próprios do transporte, **portanto sem ganho de escala possível**.

Logo, incabível a justificativa municipal de que o fracionamento do objeto seria inviável na presente contratação, em função da alegada inviabilidade de responsabilização de diferentes contratadas por danos ou por defeito de execução, ante as características e interações obrigatórias entre os serviços (p. 38 do edital).

Ora, é exatamente em razão das peculiaridades que distinguem os serviços de transporte dos relativos à operação de aterro que a eventual responsabilização das contratadas será de fácil diferenciação e identificação, nada obstando a boa gestão dos contratos.

Por outro lado, o aglutinamento do objeto licitado, na hipótese concreta, implica em **restrição à competitividade**, frustrando a finalidade intrínseca de toda e qualquer licitação: a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública a partir da participação do maior número possível de licitantes.

De fato, há no mercado um sem número de empresas que possuem **ampla experiência no transporte de resíduos de limpeza urbana**, mas que **jamais operaram aterros sanitários**, exatamente por serem serviços de naturezas diversas e interdependentes, que exigem **expertises e recursos operacionais muito diferentes**.

Não por um acaso, via de regra são licitados em separado.

Por todas essas razões, não há que se falar em antieconomicidade do parcelamento do objeto licitado com base em pretensa racionalização de recursos, como alega a municipalidade.

O fracionamento do objeto permitirá, isso sim, não apenas a participação de um número maior de empresas, como também de empresas mais especializadas, circunstância que representa maior garantia à municipalidade de um resultado eficiente.

Ora, é bem sabido que a licitação em separado permite a participação de um número muito maior número de participantes, especialmente pela **redução dos requisitos de habilitação técnica**, que passariam a envolver apenas as atividades que tenham clara e intransponível ligação entre si.

A propósito, essa é a solução prestigiada, **como regra mandatória**, pelo artigo 23, §1º, da Lei Geral de Licitações (Lei n. 8.666/93), que assim dispõe:

“Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

§1º As obras, serviços e compras efetuadas pela administração **serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis**, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à **ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala**.” – destaca-se

Como se vê, afigurando-se técnica e economicamente viável o parcelamento – como é o caso, em que os serviços são **independentes** –, a sua adoção é **obrigatória**, na medida em que propicia a **ampliação da competitividade**.

Essa a interpretação do Egrégio TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS a respeito:

“BÁSICO - AUSÊNCIA - ANULAÇÃO - CONTRUÇÃO DE UNIDADE DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM - OBRAS DE ENGENHARIA - FRACIONAMENTO DA CONTRATAÇÃO - NECESSIDADE - SENTENÇA REFORMADA.

- O art. 23, §1º, **impõe o fracionamento como obrigatório**. A regra retrata a vontade legislativa de ampliar a competitividade e o número de possíveis interessados. **O fracionamento conduz à licitação e contratação de objetos de menor dimensão quantitativa, qualitativa e econômica. Isso aumenta o número de pessoas em condições de disputar a contratação**, inclusive pela redução dos requisitos de habilitação (que serão proporcionados à dimensão dos lotes). Trata-se não apenas de realizar o princípio da **isonomia**, mas da própria **eficiência**. (...)” – destaca-se

(TJMG - Ap Cível/Reex Necessário 1.0015.14.002475-1/001, Relator Des. José Antonino Baía Borges, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/05/2015, publicação da súmula em 02/06/2015).

A inobservância da regra de fracionamento do objeto da contratação viola, como se vê, a economicidade, a isonomia e a própria eficiência da Administração.

Tal conclusão foi, inclusive, adotada no último certame de Nova Serrana/MG (Concorrência n. 01/2009), em que se licitou os serviços próprios da limpeza urbana – a saber, varrição, capina, coleta e transporte de resíduos sólidos – de forma independente da operação de destinação final.

Pelas razões expostas, requer a Denunciante o reconhecimento da nulidade do edital do Pregão Eletrônico n. 006/2023, com a determinação de que haja a alteração do instrumento convocatório para proceder-se ao fracionamento do objeto do Pregão Eletrônico n. 006/2023, licitando-se em lotes distintos os serviços transporte dos resíduos coletados, dos de tratamento e implementação, operação e manutenção do aterro sanitário, com a consequente separação de todas as exigências de qualificação técnica correlatas, impedindo-se assim uma indevida limitação do espectro de possíveis licitantes.

2.2. EXCESSIVAS E ILEGAIS EXIGÊNCIAS DISPOSTAS NOS SUBITENS 17.4.5.3 17.2.4.5.2.4 E 17.2.4.5.2.5

Caso ultrapassada a invencível alegação de imperiosidade do fracionamento do objeto da licitação, verifica-se que o instrumento convocatório contém exigências absolutamente ilegais de habilitação técnica, quais sejam: **(i)** apresentar licença ambiental para disposição final de resíduos classe II em aterro sanitário (subitem 17.4.5.3); e, para comprovar aptidão para o transporte dos resíduos sólidos urbanos, **(ii)** apresentar licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitido pelo órgão ambiental competente para transporte de resíduos Classe II, licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Sanitário Estadual emitido pelo órgão competente para transporte de resíduos Classe II, e licenciamento ou Declaração de

Dispensa de Licenciamento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar para transporte de resíduos Classe II (subitens 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5)³.

Com efeito, tais exigências mostram-se excessivas, posto que **irrelevantes para aferir a aptidão da licitante** para executar o objeto contratado, na fase de habilitação.

A **capacidade** da empresa é demonstrada pela prova de experiência prévia na prestação de serviços de semelhante **complexidade** em relação aos licitados, complexidade essa, por sua vez, diretamente relacionada às condições particulares do município onde serão executados, tais como o **volume** de resíduos coletados; a **natureza** dos resíduos e a **periodicidade** da coleta, além de outras como preparo, impermeabilização e tratamento da área do aterro para recebimento dos resíduos; serviço de terraplanagem, escavação, drenagem pluvial, de gases e de chorume; regularização e nivelamento de tubulação; espalhamento, compactação e cobertura do lixo; implementação de programas de monitoramento ambiental, geotécnico, de águas superficiais e subterrâneas, de controle do sistema de tratamento de chorume; monitoramento de emissões atmosféricas, tudo isso com o fornecimento de equipamento e equipe multitarefa.

Assim é que a experiência prévia deve ser comprovada pelo atestado de operação de aterro sanitário e transporte de resíduos sólidos em quantidades e características compatíveis com as licitadas no pregão em comento.

³ **17.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:[...]**

17.2.4.5 – Deverão ser considerados os atestados de maior relevância e valores significativos, aqueles cujos serviços e obras contemplem: [...]

17.2.4.5.3 - Licença ambiental em nome da licitante expedida pelo órgão ambiental competente para Disposição Final de Resíduos Classe II em aterro sanitário. [...]

17.2.4.5.2.4 - Para o transporte dos resíduos sólidos urbanos deverá a licitante apresentar documentação pertinente à atividade do transportador, ainda que tal serviço seja terceirizado.

17.2.4.5.2.5 – A documentação a que se refere o item anterior compreenderá a apresentação de: **a)** Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental emitido pelo órgão ambiental competente para transporte de resíduos Classe II.

b) Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento Sanitário Estadual emitido pelo órgão competente para transporte de resíduos Classe II.

c) Licenciamento ou Declaração de Dispensa de Licenciamento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar para transporte de resíduos Classe II.

Consequentemente, exigir a apresentação da licença ambiental para a distribuição de rejeitos em aterros, bem como de licenciamento para a execução do transporte dos resíduos mostra-se ato absolutamente injustificado na fase de habilitação, afigurando-se, portanto, abusivo e contrário à ordem jurídica, posto que não é hábil e nem pertinente para aferir-se a capacidade das licitantes de executarem o objeto contratado.

Com efeito, tais providências somente podem ser exigidas quando da contratação, sob pena de inibirem a participação de potenciais concorrentes.

Ora, como sabido, na fase de habilitação, cabe à Administração Pública simplesmente verificar se a concorrente, de fato, **reúne as condições necessárias à adequada execução do objeto licitado, objetivo para o qual a licença do aterro sanitário previamente operado é desimportante.**

Por isso, tais critérios – apresentação de **licença ambiental e de licenciamentos ou declarações** exigidos nos subitens 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5 – **afrontam** a legislação sobre a matéria, **exatamente por não serem relevantes para comprovar a capacidade técnica das licitantes.**

Com efeito, é bem sabido que o art. 37, XXI **veda** a estipulação de requisitos técnicos que não se afigurem **indispensáveis para garantir que as licitantes têm capacidade de executar** os serviços que constituem o escopo da licitação.

Em estrita consonância com as diretrizes constitucionais, e ao tratar especificamente da capacitação técnico-operacional, o artigo 30, II e §1º da Lei Federal n. 8.666/93 dispõe:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á** a:

[...]

II - **comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

[...]

§1º A comprovação de aptidão referida no **inciso II do "caput"** deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, **limitadas as exigências a:**

I - **capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente**, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, **detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes**, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;"

Como se vê, a lei elenca **taxativamente** os critérios de capacitação técnico-profissional passíveis de inclusão em editais de licitação, determinando que a documentação relativa à **qualificação técnica limitar-se-á**, no que se refere à aptidão de desempenho, à comprovação de execução anterior de atividade **pertinente e compatível em características, quantidades e prazos** com o objeto da licitação.

Ora, as exigências de que o aterro sanitário previamente operado pela licitante seja licenciado, e de que seja apresentada a licença ambiental **não são contempladas pelo restrito rol do art. 30**, o que as torna ilegais, inclusive por **limitarem a competitividade**.

Nesse sentido é a cátedra de Marçal Justen Filho⁴:

"Os requisitos de habilitação consistem em exigências relacionadas com a determinação da idoneidade do licitante. É um conjunto de requisitos que se poderiam dizer indiciários, no sentido de que sua presença induz a presunção de que o sujeito **dispõe de condições para executar satisfatoriamente o objeto licitado**. Por decorrência, a ausência de requisito de habilitação acarreta o afastamento do licitante do certame, desconsiderando-se sua proposta. O elenco dos requisitos de habilitação está delineado em termos gerais nos arts. 27 a 32 da Lei de Licitações. **É INVIÁVEL O ATO CONVOCATÓRIO IGNORAR OS LIMITES LEGAIS E INTRODUIR NOVOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, NÃO AUTORIZADOS LEGISLATIVAMENTE.**"

Não é outro o entendimento do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO⁵ ao determinar a agentes públicos que "**Não** incluam nos editais de licitação exigências **não previstas em lei ou irrelevantes para a verificação da qualificação técnica** das licitantes em obediência ao art. 3º, § 1º, I, da Lei n.º 8.666/1993 (...)."

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª Ed. Revista, Atualizada e Ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. pgs. 536/537.

⁵ TCU. Acórdão n. 1351/2003. Primeira Câmara.

No mais, ainda segundo a cátedra do professor MARÇAL JUSTEN FILHO, **“Deve-se considerar a atividade principal e essencial a ser executada**, sem maiores referências a especificações ou detalhamentos. Isso não significa afirmar que tais peculiaridades sejam irrelevantes. **São significativas para a execução do objeto, mas não para a habilitação.”**⁶

À luz disso, evidencia-se, no caso, que as exigências dos subitens 17.4.5.3, 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5 constituem violação aos princípios da legalidade e da obtenção da melhor proposta, na medida em que reduz o universo de potenciais licitantes.

Ressalta-se que todas estas evidências foram levadas à apreciação do ente licitante em sede de impugnação ao edital, mas restaram inteiramente ignoradas por ele.

Com efeito, limitou-se a municipalidade a afirmar, genericamente, que todas as exigências são baseadas na legislação ambiental vigente e pertinentes ao assunto, não tendo motivos pelo qual fazer qualquer alteração no edital, **olvidando-se do seu dever legal** de enfrentar as teses de impugnação da ora Denunciante e decidir fundamentadamente.

Referido dever decorre da obrigação expressamente imposta à Administração Pública de decidir e manifestar nos processos administrativos, inclusive acerca de solicitações e reclamações, em matéria de sua competência.

Com efeito, a Lei n. 14.184/2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Minas Gerais, versa sobre **o dever da Administração de decidir**, nos seguintes termos:

“Art. 46 – A Administração **tem o dever de emitir decisão motivada nos processos, em como em solicitação** ou reclamação em matéria de sua competência.

§ 1º – A motivação será clara, suficiente e coerente com os fatos e fundamentos apresentados.” – destaca-se.

⁶ In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 10ª ed. Dialética, São Paulo, 2004, p. 331.

Como se vê, segundo o art. 46, *caput* e §1º da Lei n. 14.184/2002, o poder público está obrigatoriamente incumbido do dever de apreciar e decidir fundamentadamente sobre solicitações ou reclamações a ele aviaadas.

Tudo isto se dá em observância ao direito de petição assegurado ao particular pelo art. 5º, XXXIV, da CR/88⁷, e tem por escopo **evitar a condução arbitrária** das questões administrativas, como está a ocorrer no caso concreto. Tal conclusão também se evidencia em matéria licitatória, ramo em que o direito de petição pode ser exercido, dentre outros, por meio de recurso administrativo **em face de decisão que declara o vencedor em pregão**, como previsto no art. 4º, XVII da Lei n. 10.520/2002.

A respeito da matéria, assim se extrai da doutrina de José dos Santos Carvalho Filho⁸:

“Regra de inegável importância é a que **obriga a Administração a decidir** os processos administrativos e **dar resposta** às reclamações e solicitações formuladas pelos interessados (art. 48).

Tenta o legislador evitar as indesejáveis paralisações de processos na Administração, muitas vezes deliberadas e ilegais, e usadas para esconder outros fatos ilegítimos. [...] **Não se pode perder de vista que o dever de decidir, cominado ao administrador, é consectário do próprio direito de petição.** Trata-se, pois, de dever congruente com essa garantia constitucional.

Preocupa-se o legislador com a *motivação* dos atos administrativos, assim considerada como a **explicitação dos fatos e fundamentos que deram suporte à prática do ato.**” – destaca-se.

De tudo depreende-se que, sendo prerrogativa do particular apresentar recurso administrativo, impugnações, solicitar informações e aviar requerimentos à Administração, **é dever do poder público diligenciar a sua resposta, sob pena de se frustrar o próprio direito à petição, em sua dimensão substancial.**

⁷ Segundo o referido artigo: “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: **a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;**” – destaca-se.

⁸ Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de direito administrativo – 32. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018. P. 1111.

Corroborando o entendimento aqui esposado, destaca-se precedente do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS que, à luz da Lei n. 9.847/99, reconheceu a obrigatoriedade de observância do dever de decidir à Administração Pública, nos mesmos termos da Lei Estadual n. 14.184/2002 supracitada⁹.

Nota-se que o dever de decidir constitui obrigação do administrador público, cujo descumprimento configura omissão ilegal, sendo **“inaceitável qualquer argumento que conduza ao acolhimento da tese que compreenda pela desnecessidade de pronunciamento do administrador público”**.¹⁰

À luz dessas premissas, resta evidente que, no caso *sub judice*, a municipalidade incorreu em flagrante ilegalidade, ao deixar de enfrentar abertamente os aspectos técnicos e jurídicos da impugnação da KTM, relevantes para o devido prosseguimento do certame.

Pelo exposto, considerando que a avaliação da qualificação técnica para a disposição final e transporte dos resíduos sólidos oriundos da limpeza urbana não depende da apresentação de licença do aterro, mas da comprovação de que a licitante tem experiência prévia e capacidade operacional (recursos humanos e técnicos) para ambos os serviços e, até mesmo, para prestar serviços similares, conclui-se que as licenças e declarações objeto dos subitens 17.4.5.3, 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5 somente poderão ser exigidos da vencedora, após a adjudicação e homologação do certame.

Por todo exposto, imperiosa se faz a retificação do edital para que sejam extirpadas as exigências dos subitens 17.4.5.3, 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5 do edital.

2.3 EXIGÊNCIA EXCESSIVA E ILEGAL DE QUE A LICITANTE VENCEDORA SEJA DETENTORA DE ATERRO SANITÁRIO

⁹ TJMG - Apelação Cível 1.0596.14.000657-5/001, Relator(a): Des.(a) Maurício Soares, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/12/2019, publicação da súmula em 22/01/2020; TJMG - Remessa Necessária-Cv 1.0123.19.002626-0/001, Relator(a): Des.(a) Maurício Soares, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/08/2020, publicação da súmula em 02/09/2020; TJMG - Apelação Cível 1.0000.19.148463-3/001, Relator(a): Des.(a) Maurício Soares, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 21/05/2020, publicação da súmula em 22/05/2020.

¹⁰ TJMG - Apelação Cível 1.0000.19.148463-3/001, Relator(a): Des.(a) Maurício Soares, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 21/05/2020, publicação da súmula em 22/05/2020.

Também se mostra excessiva a exigência de que a vencedora disponha de aterro sanitário regularmente licenciado (subitem 17.2.4.5.2.6¹¹).

Isso porque, diferentemente do alegado pela municipalidade em sede de resposta à impugnação ao edital, o único aterro de que se tem notícia, disponível na região, localiza-se no Município de Betim/MG, sendo de titularidade da empresa Viasolo Engenharia Ambiental S/A.

Assim, ao exigir que a vencedora seja detentora de aterro, age o Município em favorecimento da referida empresa e daqueles que já sejam proprietários ou tenham a posse de aterro sanitário, conduta evidentemente ilegal, na medida em que fere a lisura do certame, desde a publicação do edital, por minar a competitividade, tratando as potenciais licitantes, não detentoras do empreendimento, de forma absolutamente anti-isonômica em relação às demais, o que viola a competitividade e a isonomia, diretrizes, por excelência, das compras da Administração.

3. PEDIDOS

Por tudo quanto exposto, requer a KTM ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA. o reconhecimento da nulidade do Edital do Pregão Eletrônico n. 006/2023, com a determinação de sua retificação, a fim de que:

(i) Seja fracionado o objeto do certame, para que os serviços de transporte e tratamento e disposição final de resíduos (implementação, operação e monitoramento de aterro sanitário) sejam licitados separadamente, com a consequente exclusão de todas as exigências de qualificação técnica correlatas, sobretudo as previstas nos subitens 17.4.5.3, 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5 do edital.

¹¹ Conforme o subitem 17.2.4.5.2.6, “**A empresa vencedora da licitação deverá dispor de aterro sanitário regularmente licenciado**, estritamente de acordo com a legislação ambiental vigente de abrangência federal (Resoluções do Conselho nacional de Meio ambiente — CONAMA), estadual (deliberações normativas do Conselho Estadual de Meio ambiente de Minas Gerais — COPAM e eventualmente municipal (normas ambientais específicas do município em que esteja localizado o empreendimento.” – grifo nosso.

(ii) sejam extirpados os ilegais requisitos para habilitação técnica previstos nos subitens 17.4.5.3, 17.2.4.5.2.4 e 17.2.4.5.2.5 do edital, posto que irrelevantes e injustificados para a comprovação da aptidão das licitantes para a execução do objeto licitado.

(iii) seja extirpada do edital a exigência de que a vencedora seja detentora de aterro sanitário, sob pena de favorecimento indevido e violação à competitividade e ao tratamento isonômico das concorrentes;

Por fim, requer que sejam as intimações e publicações relativas ao presente feito sejam realizadas exclusivamente em nome dos advogados **GERALDO LUIZ DE MOURA TAVARES**, inscrito na OAB/MG 31.817, e **MARIA RAQUEL DE SOUSA LIMA UCHOA**, inscrita na OAB/MG 62.954, sob pena de nulidade.

Belo Horizonte/MG, 14 de março de 2023.

Geraldo Luiz de Moura Tavares
OAB/MG 31.817

Maria Raquel de Sousa Lima Uchôa
OAB/MG 62.954

Débora Souza de Faria
OAB/MG 201.206

136148wdsf